



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO

PAE nº: 35.024/2021

Documento de Oficialização da Demanda

1 Identificação da Demanda

1.1 Título

Contratação da empresa Consultre para o Curso Execução Orçamentária, Financeira e Contábil de forma integrada na Administração Pública, tendo como instrutor o professor Marízio Martins da Costa.

1.2 Unidade Demandante

Unidade	SCIA - Secretaria de Controle Interno e Auditoria	Data	09/09/2021
Responsável pela demanda	Denise Goulart Schlickmann		

1.3 Vinculação ao Plano de Aquisições

Item do plano: 35 - Cursos

1.4 Valor Estimado

R\$1.897,00

2 Contexto

2.1 Motivação

Necessidade de prover capacitação e atualização para os servidores que atuam nas áreas de orçamento, finanças, contabilidade, controle e auditoria, considerando a matéria indispensável para oferecer ferramentas de trabalho aos servidores que atuam diariamente com o tema.

2.2 Resultados Esperados

Com o conteúdo programado no Curso, espera-se a atualização dos servidores envolvidos e a ampliação das competências relacionadas às atividades nas áreas de orçamento, finanças, patrimônio, contabilidade, controle e auditoria do Tribunal, com a aplicação das melhores práticas e atuais orientações relacionadas ao tema.

2.3 Alinhamento Estratégico

Plano de Aquisições 2021: Anexo I, item 35 - Cursos.

Alinhamento com o Planejamento Estratégico do TRE-SC 2016-2021, conforme os seguintes objetivos:

Sociedade - OE2 - Combate à corrupção e à improbidade administrativa;

Pessoas e Recursos - OE6 - Aperfeiçoamento da gestão de pessoas;

Pessoas e Recursos - OE8 - Fortalecimento da governança.

2.4 Qual a expectativa de tempo de utilização ou validade do objeto a ser contratado?

☐ Menos de 1 ano ☐ De 1 a 3 anos ☒ Mais de 3 anos

2.5 Unidades que farão uso da demanda ou serão beneficiadas

[x] 1 unidade [] 2 unidades [] 3 unidades [] Mais de 3 unidades

3 Integrante Demandante na Equipe de Planejamento da Contratação

Nome do Servidor (titular)	Rita de Cássia Garcia Lima da Cruz
Telefone	7502
E-mail	rita@tre-sc.jus.br
Nome do Servidor (substituto)	Denise Goulart Schlickmann
Telefone	3711
E-mail	denisegs@tre-sc.jus.br

4 Unidade Técnica

SE-EJESC - Secretaria Executiva da Escola Judiciária Eleitoral



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ESTUDOS PRELIMINARES

1. Análise de Viabilidade da Contratação

1.1. Contextualização

Contratação de empresa para ministrar curso avançado sobre Execução Orçamentária, Financeira e Contábil de forma integrada na Administração Pública. Se faz necessária uma orientação segura sobre o tratamento orçamentário, considerando as alterações da Legislação pertinente. A atualização dos servidores envolvidos com área das Finanças Públicas, envolvendo a questão do Orçamento Público, as emendas orçamentárias impositivas, o papel do setor contábil mediante as informações da execução dos créditos extraordinários e uma série de questões que envolvem o trabalho dos servidores da Seção. Nesse sentido, se faz necessária a capacitação neste curso de servidores que atuam nas áreas de orçamento, finanças, patrimônio, contabilidade, controle e auditoria.

1.2. Equipe de Planejamento da Contratação

Integrante Demandante	Rita de Cássia Garcia Lima da Cruz
Substituto	Denise Goulart Schlickmann
Integrante Técnico	Tatiany Martins
Substituto	Karina Bittencourt
Integrante Administrativo	Victor Pereira de Castro
Substituto	Giovanni Turazzi

1.3. Definição e Especificação dos Requisitos da Demanda

Evento de capacitação de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil de forma Integrada na Administração Pública, está previsto para o fim de novembro de 2021, o turno vespertino, integralmente online, com carga horária de 25 horas, atendendo ao conteúdo buscado para aperfeiçoamento dos servidores que trabalham com o tema.

1.3.1. Requisitos Funcionais

O curso deverá ser ministrado por instrutor/a(s) especializado/a(s), com conhecimentos de gestão pública e de contabilidade. O instrutor deverá oferecer aos participantes a capacitação e as atualizações sobre o tema proposto, proporcionando aos participantes uma orientação atual e segura acerca das inovações introduzidas no âmbito da execução orçamentária e financeira, abordando aspectos e atualizações sobre o tema proposto como um todo.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.3.2. Requisitos Não Funcionais

O contratado deve utilizar métodos compatíveis com a realidade deste Tribunal.

Ainda, considerando a decretação de estado de pandemia pela Organização Mundial da Saúde e, ainda, o disposto na Portaria P n. 51/2020 (art. 3º, IV), o serviço deverá ser prestado de forma on-line, a fim de evitar qualquer deslocamento por parte dos servidores.

1.3.3. Requisitos Externos

O evento oferecido deve estar totalmente adequado às normas e legislação vigentes.

1.4. Produtos/Serviços Disponíveis no Mercado

Contratação por inexigibilidade da empresa CONSULTRE e o ministrante Prof. Marizio Martins da Costa, detém notório saber sobre o tema e experiência na área e com disponibilidade de data (novembro/2021).

1.5. Contratações Públicas Similares

Produto/Serviço 01:	Curso Termo de Referência, Projeto Básico e Edital
Instituição Pública:	Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
Fornecedor:	Consultre
Descrição:	Curso de 16 horas, para 15 participantes
Valor:	R\$ 1.860,00 (por servidor)
Observações:	Inexigibilidade de Licitação

1.6. Outros Produtos/Serviços Disponíveis

Não se aplica.

1.7. Análise dos Produtos/Serviços Identificados

Não se aplica.

1.8. Custos Totais da Demanda

O evento tem custo previsto de R\$ 1.897,00 para um participante.

1.9. Escolha e Justificativa do Objeto

O curso oferecido pela empresa CONSULTRE atende integralmente a demanda apresentada, pelas razões expostas no item 1.3 deste documento, bem como pelo conteúdo a ser oferecido no Curso, conforme programação.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.9.1. Descrição do Objeto

Contratação da empresa CONSULTRE e do ministrante Prof. Marízio Martins da Costa, detém notório saber sobre o tema e experiência na área e com disponibilidade de data de 29/11 a 03/12/2021 das 13h30 às 18h30.

1.9.2. Alinhamento do Objeto

Alinhamento com o Plano Anual de Aquisições 2021, conforme consta no item 45 do Anexo I.

Alinhamento com o Planejamento Estratégico do TRE-SC 2016-2021, conforme os seguintes objetivos:

- Sociedade - OE2 - Combate à corrupção e à improbidade administrativa.
- Pessoas e Recursos - OE6 - Aperfeiçoamento da gestão de pessoas.
- Pessoas e Recursos - OE8 - Fortalecimento da governança.

1.9.3. Benefícios Esperados

Por meio da capacitação solicitada, espera-se que os servidores envolvidos aprofundem seus conhecimentos técnicos em suas respectivas áreas de atuação (Seção Contábil/Secretaria de Controle Interno e Auditoria).

1.9.4 Relação entre a Demanda Prevista e Contratada

Id.	Bem / Serviço	Demanda Prevista	Quantidade a ser contratada
1	Inscrição no Curso Execução Orçamentária, Financeira e Contábil de forma Integrada na Administração Pública	1 inscrição	1 inscrição

1.10. Adequação do Ambiente

Curso será realizado à distância, de forma on-line, sem necessidade de adequação de ambiente.

1.11. Orçamento Estimado



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Serão necessários R\$ 1.897,00, para uma inscrição.

2 . Declaração de Viabilidade ou não da contratação

Com base nas informações levantadas ao longo dos estudos preliminares, conclui-se pela viabilidade da contratação.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.Objeto da Contratação

Contratação da empresa CONSULTE, para ministrar o curso Execução Orçamentária, Financeira e Contábil.

2. Fundamentos da Contratação

2.1. Motivação

Necessidade de prover capacitação e atualização para os servidores que atuam nas áreas de orçamento, finanças, patrimônio, contabilidade, controle e auditoria, considerando o tema que é altamente pertinente às atividades desempenhadas na Seção.

2.2. Objetivos, Resultados Esperados e Benefícios

Com a contratação, espera-se que ocorra o desenvolvimento e a ampliação das competências relacionadas às atividades nas áreas de orçamento, finanças, patrimônio, contabilidade, controle e auditoria deste Tribunal, com a aplicação das melhores práticas e atuais orientações relacionadas ao tema.

2.3. Alinhamento Estratégico

Alinhamento	Objetivos, Ações e Iniciativas
PEI 2016-2021	• Sociedade - OE2 - Combate à corrupção e à improbidade administrativa. • Pessoas e Recursos - OE6 - Aperfeiçoamento da gestão de pessoas. • Pessoas e Recursos - OE8 - Fortalecimento da governança.
PEJESC	• Objetivo C2 - Promover formação e aperfeiçoamento continuado de servidores. • Objetivo R4 - Obter e executar o orçamento necessário às ações. • Ação Estratégica: Execução do Plano Anual de Capacitação e Desenvolvimento (PACD 2021).
Plano de Aquisições 2021	• Anexo I – Item 45 – Cursos – inscrições.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.4. Estudos Preliminares do Objeto

PAE n. 35.024/2021

2.5. Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

Id.	Bem / Serviço	Demanda Prevista	Quantidade a ser contratada
1	Inscrição em Curso sobre Execução Orçamentária, Financeira e Contábil de forma Integrada na Administração Pública.	2 inscrições	2 inscrições

2.6. Objetos Disponíveis

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.7. Caracterização e Composição do Objeto

Contratação, por inexigibilidade de licitação, da empresa CONSULTRE, para ministrar o Curso Execução Orçamentária, Financeira e Contábil de forma Integrada na Administração Pública, com as seguintes características:

- Período previsto: de 29/11 a 3/12 de 2021.
- Horário previsto: 13h30 às 18h30.
- Participantes: 02 (dois servidores).
- Local: à distância, na modalidade ao vivo (síncrono).
- Programação:

Estrutura da Administração Pública Brasileira

- O Estado Brasileiro
- Serviços Públicos
- Conceitos e Classificações

Princípios Fundamentais da Administração Pública Brasileira:

- Planejamento;
- Coordenação;
- Descentralização;
- Delegação de Competência;
- Controle;

Orçamento Público:

- Conceito;
- Evolução do orçamento;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- Como é feito o Orçamento;
- Das emendas aos Projetos de PPA, LDO e LOA;
- Como fica os novos prazos destas Leis;

Receita Pública:

- Conceito;
- Classificação da Receita;
- Classificação por Categoria Econômica;
- A classificação por Fontes de Recursos;
- Estágios da Receita;

Despesa Pública:

- Conceito;
- Classificação da Despesa;
- Classificação Institucional;
- Classificação Funcional Programática;
- Classificação por Categoria Econômica;
- Codificação da Despesa quanto à sua natureza;

Mecanismos Retificadores do Orçamento:

- Conceito;
- Classificação dos Créditos Adicionais;
- Características dos Créditos Adicionais;
- Recursos Disponíveis para Abertura de Créditos Adicionais;
- Suplementares, Especiais e Extraordinários.

Movimentação de Créditos Orçamentários:

- Distinção entre créditos e recursos;
- Descentralização interna e externa de orçamento e financeiro entre órgãos da Administração Direta; entre órgãos da Administração Indireta;

Programação Financeira:

- Conceito;
- Finalidade
- Objetivos



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Utilização de Créditos Orçamentários:

- Pré-empenho da Despesa;
- Empenho da Despesa;
- Modalidades de Empenho
- Empenho em liquidação
- Liquidação de Despesa;
- Pagamento de Despesa;
- Ordem Cronológica

Exercício Financeiro:

- Conceito;
- Ocorrência;

Restos a Pagar:

- Inscrição;
- Distinção entre processados e não processados;
- Proibição na Inscrição;
- Liquidação de Restos a Pagar;
- Cancelamento, Direito do Credor;
- Punições pelo Código Penal;

Despesas de Exercícios Anteriores:

- Conceito;
- Ocorrência;
- Formalização;
- Prescrição
- Enquadramento no limite da dívida-LRF

Suprimentos de Fundos:

- Conceito;
- Realização;
- Restrição na Concessão;
- Controle e valores;
- Prestação de Contas;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- Cartão de Crédito Corporativo

A Nova Contabilidade Pública a partir de 2019

- O Plano de Contas aplicado ao setor público
- A Estrutura com novos grupos de contas;
- A nova forma de Contabilização;
- Novos Demonstrativos de Balanços;
- Relacionamento do Regime Orçamentário com o regime de competência.
- Campo de aplicação

A Obrigatoriedade de Custos

- Sistema de Custos;
- Objetivos;
- Obrigatoriedade
- Apropriação de Custos na Administração Pública;
- Regras para Apropriação

SISTEMA SIAFIC

- Obrigatoriedade de Implantação
- Plano de Ação
- Funcionamento em 2023

Movimentação de Materiais:

- Portaria de n.º 448 de 13 de setembro de 2002;
- NBC TSP 07 com vigência a partir do exercício de 2019;
- Material de Consumo e Material Permanente;
- A nova Lei de Licitação, pontos afetos a área de Materiais,
- Almoxarifado;
- Entradas orçamentárias nos novos modelos de RMA e RMB;
- Entradas Extra-Orçamentárias no RMA e RMB;
- Baixas do RMA ou RMB; Material de Consumo; Estoque Interno;
- A obrigatoriedade de Depreciação no Setor Público Brasileiro;

Controle Interno:

- Preceito Constitucional;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- Controle Prévio ou a Priori;
- Controle concomitante ou simultâneo;
- Controle Subsequente;
- Contas Anuais;
- Tomadas de Contas Especiais;
- Prestação de Contas

Controle Externo:

- Preceito Constitucional;
- Organização;
- Competência;
- Julgamento de Tomadas de Contas Anuais e Especiais, Prestação de Contas;
- Penalidades aos Administradores, membros de comissão de licitação

Exercícios.

2.8. Serviços Adicionais

Não há previsão de serviços adicionais.

2.9. Parcelamento e Adjudicação

Considerando a natureza da contratação, o parcelamento do objeto é inviável.

2.10. Seleção do Fornecedor

A contratação deverá ocorrer por inexigibilidade de licitação, tendo a escolha do evento se dado em razão de adequar-se ao tema estabelecido, com programa, período e horário de acordo com o necessário, assim como tratar-se de evento on-line e síncrono, o que preserva a interação dos participantes, de representar inexistência de custos relacionados a passagens e diárias.

2.11. Critérios de Habilitação

Regularidade fiscal e trabalhista, assim como os demais critérios previstos na Lei 8.666/1993.

2.12. Modalidade e Tipo de Licitação

Inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 25, inciso II, combinado com o art. 13, inciso VI da Lei 8.666/1993.

2.13. Impacto Ambiental



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

tratar-se de evento on-line, assim como o material de apoio será disponibilizado em formato digital.

2.14. Obrigações da Contratante

A Contratante se obriga a:

- a) efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos no presente Projeto Básico;
- b) promover, através de seu representante, o servidor titular da Divisão de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores, ou seu substituto, ou seu superior imediato, a gestão deste Contrato, em conformidade com o artigo 67 da Lei n. 8.666/1993;
- c) proporcionar todas as condições para que a Contratada possa prestar os serviços dentro das normas deste projeto básico.

2.15. Obrigações da Contratada

A Contratada se obriga a:

- a) ministrar o programa nas condições, preço e prazo estipulados neste projeto básico, constante neste PAE;
- b) desenvolver o conteúdo do programa segundo metodologia pedagógica específica da modalidade on-line (síncrona);
- c) conceder certificação aos participantes que atenderem aos requisitos de aprovação;
- d) arcar com todos os tributos referentes a esta contratação; e
- e) manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

2.16. Custo estimado da contratação

R\$ 3.794,00 (três mil setecentos e noventa e quatro reais).

Florianópolis, 22 de setembro de 2021.

Denise Goulart Schlickmann
Integrante Demandante

Tatiany Martins
Integrante Técnico

Victor Pereira de Castro



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ANEXO I – PLANO DE FISCALIZAÇÃO

1. Execução e Gestão do Contrato

A gestão da contratação será realizada pelo servidor titular da Divisão de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores, seu substituto, ou seu superior imediato.

1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRES e da Contratada

Os servidores participantes deverão encaminhar quaisquer irregularidades ao gestor da contratação, o qual manterá contato com a empresa durante a etapa de execução do serviço, a fim de dirimir eventuais questões que possam interferir na qualidade dos serviços a serem prestados.

A empresa deverá disponibilizar um contato com nome, e-mail e telefone, para quaisquer dúvidas ou problemas que necessitem ser sanados.

1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

A empresa deverá informar o procedimento de inscrição e de acesso ao ambiente do curso, com antecedência mínima de 48h do início das aulas.

Para o bom funcionamento da plataforma e aproveitamento do curso, os participantes deverão possuir computador com bom desempenho, conexão de internet via cabo e velocidade mínima de 10mbps, webcam e microfone, sistema de sonorização com qualidade (preferencialmente fone), utilizar preferencialmente o Google Chrome, ou as versões atualizadas do Mozilla Firefox e Internet Explorer, assim como senha de acesso ao SIAFI Operacional e Tesouro Gerencial.

O evento possui carga horária prevista de 25 horas, com realização ao vivo (síncrono), no período de 29/11 a 03/12/2021.

1.3. Instrumentos Formais

Será emitida Nota de Empenho.

1.4. Prazos de Garantia

Não se aplica.

1.5. Acompanhamento do Contrato

O acompanhamento da contratação será realizado pelo gestor, conforme item 1 deste Plano de Fiscalização.

1.6. Recebimento Provisório e Definitivo

O recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado.

O recebimento definitivo dar-se-á em até 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.7. Pagamento

O pagamento será realizado em até 5 (cinco) dias úteis após o devido cumprimento de todas as obrigações contratuais.

1.8. Transferência de Conhecimento

Não se aplica.

1.9. Direitos Autorais

Não se aplica.

1.10. Qualificação Técnica

Não se aplica.

1.11. Descumprimento Contratual

Se a Contratada descumprir as condições estabelecidas neste Projeto Básico ficará sujeita às penalidades previstas na Lei n. 8.666/1993.

1.12. Penalidades

Nos termos do artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, pela inexecução total ou parcial deste projeto básico, o Contratante poderá aplicar, à Contratada, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) no caso de inexecução parcial, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;
- c) no caso de inexecução total, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do objeto contratado;
- d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Da aplicação das penalidades previstas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação.

O recurso será dirigido ao Diretor-Geral, por intermédio do Secretário de Administração e Orçamento, que poderá rever a sua decisão em 5 (cinco) dias úteis, ou, no mesmo prazo, encaminhá-lo, devidamente informado ao Diretor-Geral, para apreciação e decisão, em igual prazo.

Da aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade, prevista na alínea “e”, caberá pedido de reconsideração, apresentado ao Presidente do TRESC, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação.